

Uma história de sucesso!



Os 50 anos do ensino agrícola em Araquari.



Instituto Federal Catarinense
Campus Araquari

50 anos formando brasileiros

Instituto Federal Catarinense
Campus Araquari
2009

Instituto Federal Catarinense Campus Araquari

Rodovia BR 280, KM 27,5 - CP 21

89245-000 - Araquari/SC

Fone: (47) 3803-7200

<http://ifc-araquari.edu.br>

Diretor Geral

Robert Lenocho

Pesquisa e Redação

Prof. Nilton José Cristofolini

Prof. Joverci Antonio Pocera

Prof. Rodrigo Martins Monzani

Profª. Sueli Regina de Oliveira

Organização e Editoração

Sabini da Silva

JP 3441/SC

Capa

Tânia Mara Bóries Minel

Impressão

Gráfica Arte Impressa

Rua Pres. Epitácio Pessoa, 1301 - Centro

89251-100 - Jaraguá do Sul/SC

Fone: (47) 3370 4919

grafica@arteimpressa.ind.br

Correção

Mara Cristina Rese

Marli Fátima Vick Viena

LINHA DO TEMPO



Em 1959 a Escola passou a ser subordinada ao Ministério da Agricultura, tendo o ensino coordenado pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV).

Em 1975 deu-se início ao curso Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira.

Em 1994 Comemoração Centenário do Patrono do Colégio Senador Carlos Gomes de Oliveira.

Em 2001 um novo curso é introduzido na Escola, o Curso Técnico em Aquicultura.

Em 2008 foi criado o curso Técnico em Informática Concomitante. Abertura de cursos superiores.

1954

Em 26 de fevereiro de 1954 cria-se a Escola de Iniciação Agrícola, por meio de um acordo firmado entre os Governos da União e do Estado de Santa Catarina (Diário Oficial da União nº 63, publicado em 18.03.1954).

1959

Início das aulas em 11 de maio de 1959. Primeira turma com a frequência de 20 alunos matriculados na primeira série do Curso Operário Agrícola, concomitante à Sa e G^a.

1967

Em 19 de maio de 1967 o SEAV é extinto e o Ginásio Agrícola "Senador Gomes de Oliveira" é transferido para o MEC, e no ano seguinte é vinculado a UFSC.

1968

Em 1968 o Ginásio Agrícola muda sua denominação para Colégio Agrícola "Senador Gomes de Oliveira".

1975

Em 1975 sua regularidade de estudos foi declarada pela Portaria nº 059 de 24 de Julho de 1975, da Secretaria de 1^o e 2^o Graus do MEC.

1994

Em 1997 foi criado o curso Técnico de Agropecuária Pós-Médio.

2001

Em 2005 foi criado o Curso Técnico em Informática Pós-Médio.

2008

Em 2008 foi criado o curso de Informática para Internet pós-Médio.

2010

Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira

50 anos de sucesso



1954

O Colégio Agrícola de Araquari começa a ser construído.



1969

A BR 280, que passa em frente ao colégio, recebe pavimentação.



1970

Nesta década o colégio ganha um lago construído por professores, alunos e funcionários.



1984

O setor de mecanização auxilia as aulas práticas.



1997

Foi criado o curso Técnico Agropecuário Pós-médio.



2009

O Colégio agrícola passa a integrar a rede de Institutos Federais

Apresentação

Desde a sua fundação, a nossa escola tem passado por profundas mudanças estruturais e, com o advento dos Institutos Federais, as possibilidades de transformações têm se ampliado. O novo desafio não é mais de ser um centro de referência em uma área específica, mas, atender às novas demandas sociais e aos arranjos produtivos de uma região.

A criação de diferentes níveis de cursos, como os de Formação Inicial e Continuada, os PROEJAS, os cursos técnicos, as graduações e pós-graduações representam para a nossa escola uma grande mudança em nosso paradigma. Porém, isso significa evolução e a evolução não termina por si só. É um processo contínuo, na busca do aperfeiçoamento pessoal dos professores, da infraestrutura da escola, no atendimento às expectativas dos alunos, na construção do futuro das pessoas e no crescimento de nosso País.

A rede federal de educação, que este ano completa 100 anos de fundação, tem participado ativamente no crescimento do Brasil. E nós, do antigo Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira, agora denominado Campus Araquari do Instituto Federal Catarinense, com toda a certeza estaremos incluídos nesse processo, promovendo o desenvolvimento do nosso País.

Afinal, em 2009 comemoramos 50 anos de atividades, contribuindo de maneira significativa para a construção da história da educação, formando milhares de profissionais com atuação destacada no mercado de trabalho. A pesquisa apresentada neste livro procura contar um pouco da vida do Campus Araquari ao longo de seu cinquentenário.

Prof. Robert Lench
Diretor Geral

O início de um sonho

A história de Araquari, município do norte de Santa Catarina, situado a 172 km da capital Florianópolis, confunde-se com a de milhares de municípios brasileiros. Na década de 50, Araquari possuía aproximadamente 7 mil habitantes que, em grande maioria, viviam da agricultura. A pesca artesanal complementava a economia da cidade, já que Barra Velha se emancipou em 1961 e São João do Itaperiú e Barra do Sul tornaram-se independentes somente em 1992. Assim como acontecia em quase todo o País, em Araquari as pessoas não tinham acesso à televisão e poucos sabiam ler e escrever, devido à dificuldade de acesso ao ensino.

Porém, com a criação do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira (CASCGO), em 26 de fevereiro de 1954, a história dessa pequena cidade catarinense mudou. O colégio, que foi uma evolução do Ginásio e da Escola de Iniciação Agrícola, foi criado por meio de um acordo entre os Governos Federal e Estadual, conforme publicado no Diário Oficial da União N.º 63, de 18 de março de 1954. A União comprometeu-se com as verbas necessárias para a implantação e o funcionamento do colégio, em parceria com o Governo de Santa Catarina, estado onde está instalado.

De acordo com Pedro Almeida, aluno da primeira turma da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, só havia aula até a quarta série do primário. "Pessoas de poder aquisitivo, interessadas em continuar os estudos, matriculavam-se em Jaraguá do Sul, no curso ginásial do Colégio São Luís"¹. Para entender melhor o motivo pelo qual a cidade de Araquari foi escolhida para abrigar o Colégio Agrícola, é preciso voltar um pouco no tempo. A economia araquariense, impulsionada pela exportação da madeira, vivia bons momentos entre os anos de 1943 e 1944, conforme relata o funcionário da Receita Federal, Osnilo Tavares de Souza². Nesse período, cerca de 200 operários trabalhavam diariamente no descarregamento, empilhamento e carregamento da madeira. As madeireiras instaladas no município compravam a mercadoria, já beneficiada do Planalto Norte Catarinense, e a transportavam de trem até o porto fluvial, localizado às margens do Rio Parati, de onde seguiam para outros Estados e, principalmente, para a Argentina.

Ao final da década de 1940, no entanto, a economia do município é seriamente prejudicada com a diminuição da exportação da madeira, devido à escassez da mercadoria no Planalto Catarinense e a substituição da madeira pelo papelão, na fabricação de caixas utilizadas para embalagem de produtos.

Os agricultores araquarienses, por sua vez, tinham dificuldade de comercializar os produtos fora do próprio município porque trabalhavam com uma agricultura artesanal, voltada para a subsistência, que não dispunha de conhecimentos técnicos suficientes. A difícil realidade com que a maioria da população se encontrava desencadeia um processo crescente de migração para a cidade vizinha de Joinville, cuja economia urbano-industrial era crescente.

Para reverter essa situação surge o interesse de implantar uma escola agrícola em Araquari, que também melhoraria as condições de vida dos colonos, que não recebiam assistência técnica e ajuda do governo. Nesse sentido, o então Senador Carlos Gomes de Oliveira empenhou-se na criação do colégio. O político lutou para incluir verbas no Orçamento da União visando à construção de suas instalações físicas.

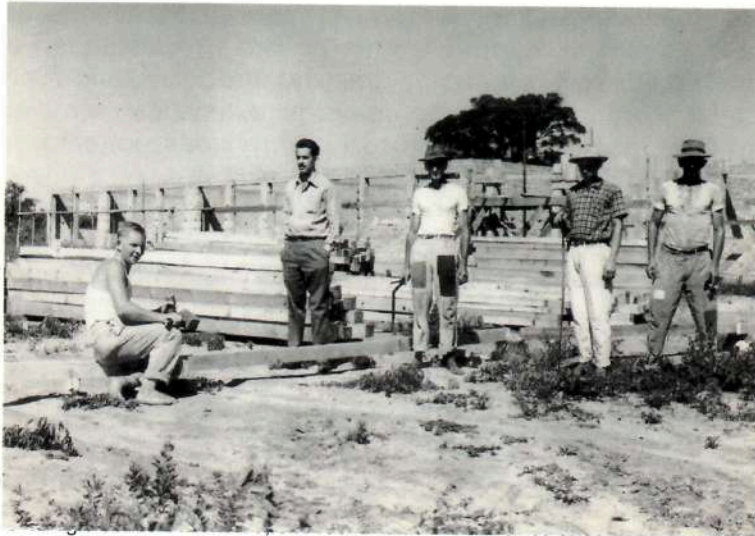
Mais tarde, em reconhecimento e homenagem pelos seus trabalhos, a instituição passou a se chamar Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira, visto que no Parlamento ele era conhecido somente pelo sobrenome. Em 1996, após o Senador ter completado 100 anos de idade (1894-1994), acrescentou-se o nome "Carlos". Antes da Constituição Federal de 1988, a legislação não permitia atribuir às instituições ou estabelecimentos o nome completo de uma pessoa em vida.

Carlos Gomes de Oliveira (1894-1997) foi advogado, jornalista e importante político catarinense. Exerceu vários cargos públicos, entre eles o de vereador e prefeito municipal de Joinville. Foi também secretário, deputado estadual, deputado federal e senador. Em vida, recebeu o título de cidadão benemérito, no ano de 1979, da Câmara Municipal de Joinville.

Ao completar 100 anos, recebeu o título Doutor Honoris Causa da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para incentivar a agricultura e o desenvolvimento de outro município catarinense, o então chefe do Ministério da Agricultura, Antônio Carlos Konder Reis, havia enviado um projeto para criar uma escola agrícola em Camboriú antes mesmo de surgir o interesse de Araquari, conforme recordado por Konder Reis durante entrevista, em 2003³.

A idéia de implantar uma escola agrícola, tanto em Araquari quanto em Camboriú, está vinculada ao interesse de capacitar a população da região, estimulando sua atividade agropecuária, muito embora o benefício da escola se estenda a outros municípios, pois por meio do exame de classificação, independente de onde reside, qualquer pessoa pode ingressar e realizar seus estudos na instituição.



Se em nível municipal o colégio surge num momento de estagnação, em nível nacional o contexto é marcado pelo crescimento econômico próximo a 10% ao ano, bastante elevado se comparado aos 3,6% previsto para 2009, e “pela aceleração dos processos de industrialização e de urbanização e pelo aprofundamento da integração entre a agricultura e a indústria” (SZMRECSÁNYI, 1986).

Tendo em vista esse cenário nacional, o Presidente Getúlio Vargas permite, por intermédio do Ministério da Agricultura, a criação de escolas

profissionalizantes, que serviriam para dar suporte e infraestrutura ao processo de desenvolvimento socioeconômico. Por isso, Santa Catarina pôde comemorar a criação das duas escolas que estavam sendo pleiteadas e seriam as primeiras do Estado: a de Camboriú, em 1953, e a de Araquari, um ano depois. O projeto elaborado por Antônio Carlos Konder Reis também previa uma instituição em Concórdia, que foi adiada para 1965, por intermédio do Deputado Federal Atílio Fontana. Um colégio para Dionísio Cerqueira, cujo pedido constava no mesmo projeto, não chegou a sair do papel⁴.

Décadas depois, em 1993, são implantadas duas escolas agrotécnicas federais: uma no município de Rio do Sul e outra em Sombrio. Com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense⁵, foi criada uma escola nova em Videira. Dessa forma, as escolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), passam a integrar o quadro do instituto. Além dessas unidades, a lei prevê a implantação de outras extensões para atender aos arranjos produtivos locais de cada região. Foram criadas, portanto, extensões em Ibirama (Rio do Sul), Fraiburgo e Luzerna (Videira).

Além da iniciativa e do envolvimento do então Senador Carlos Gomes de Oliveira, a concretização da Escola de Iniciação Agrícola, em Araquari, contou com a participação de várias pessoas e entidades. O ex-prefeito Antenor Sprotte, que doou 902.833 m² de terra para a construção do colégio, e o prefeito da época, Itamar Bertino Cordeiro, que recebeu as terras e sancionou a lei da respectiva doação ao Ministério dos Negócios da Agricultura.

A área de 902.833 m² é anexada a outra de 1.153.131,57 m² de terras devolutas, pertencentes ao próprio Governo Estadual, regularizadas em 13 de julho de 1971 por meio do Instituto de Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, pelo Colégio Agrícola “Senador Gomes de Oliveira”, representado pelo Reitor da UFSC, professor Dr. Ernani Bayer. Não é de se admirar que naquele tempo, em Araquari, existissem terras devolutas, apesar de a maioria, de fato, serem ocupadas pelos proprietários. Atualmente ainda encontram-se terras não registradas no Cartório de Registro de Imóveis, o que, por vezes, dá origem a litígios e processos judiciais de *uso capião*.

O colégio, situado a 3 km da sede municipal, tem suas terras de fácil acesso, entrecortadas pela Rede Ferroviária Federal, privatizada pelo Governo Federal em 1999, e pela BR-280, no km 27. Ambas fazem ligação entre os municípios de Joinville, Araquari e São Francisco do Sul. De um modo geral, suas terras são planas, de solo arenoso (*neossolo quartzarênico*), com presença de vegetação primária e secundária, de porte arbóreo e arbustivo. No oeste, as terras limitam-se com o Rio Parati, que mesmo sendo alimentado por pequenos córregos, possui águas salobras por causa da influência direta das águas do mar, por meio do Canal do Linguado.

Na ocasião da instalação do colégio agrícola o Rio Parati parecia não ter muita importância. A partir de 2001, no entanto, com a implantação do curso técnico em Aquicultura, ele pôde ser utilizado para fins didáticos e também é economicamente explorado, pois percebemos, durante esta pesquisa, que o Rio Parati produziu o sustento de muitas famílias de servidores enquanto esperavam o repasse de verbas.

Trabalho de mãos dadas

Durante esses 50 anos a história do CASCGO foi construída por alunos, pais, professores, funcionários, fornecedores e clientes, que direta ou indiretamente estiveram envolvidos no desenvolvimento da escola. Entretanto, a ação dos diretores foi, particularmente, estratégica em todos os investimentos que o colégio fez para se aperfeiçoar.

No período de 1954 a 1959, que antecedeu as atividades escolares, os dois primeiros diretores dedicaram-se, particular e exaustivamente, à construção do prédio sede do colégio. Segundo Benjamim Ferreira Gomes *apud* Garcia (1989, p. 10), ele é nomeado diretor em 1953, por indicação de Antônio Carlos Konder Reis, sendo um consenso das autoridades políticas federais e estaduais.

Os diretores até 2009

Diretor	Período
Benjamin Ferreira Gomes	1954 - 1956
João Palma Moreira	1956 - 1958
Paulo Henrique Rocha Farias	1958 - 1961
Arnaldo Manhães de Mattos	1961 - 1962
Dalton Heros Malucelli	1962 - 1967
Antônio Alir Dias Raitani	1968 - 1986
Tânia Regina Schneider	1986 - 1989
Francisco Airton Garcia	1989 - 1993
Vicente Brüning	1993 - 2001
Antônio Alir Dias Raitani Júnior	2001 - 2008
Robert Lench	2009

Inicialmente Ferreira Gomes e o então Prefeito Itamar Bertino Cordeiro empenham-se em arranjar terrenos para implantar a escola, visto que a legislação exigia uma área mínima de 200 hectares de terra para a

instalação e a Prefeitura não dispunha de recursos financeiros para comprar. Contatado, o ex-prefeito Antenor Sprotte percebeu a importância em se ter uma escola agrícola no município e resolveu doar parte das terras que, como já vimos, viabilizou a construção da instituição.

Em 1956, com a mudança do quadro político nacional, que conduziu Juscelino Kubistcheck à Presidência da República, políticos do PSD/PTB indicam João Palma Moreira para assumir a diretoria do colégio, cuja nomeação saiu em 11 de janeiro de 1956, pela Portaria Ministerial N.º 23. De acordo com as exigências legais em vigor, a liberação de verba para a escola dependia do envio de um Plano de Trabalho ao Ministério da Agricultura. Depois de o plano ser avaliado, ele era incluído no orçamento da União e, se aprovado pelo Congresso Nacional, finalmente era promulgado pelo Presidente da República.

Durante a fase de construção da escola, muitas vezes as verbas foram liberadas ao próprio diretor. Segundo Konder Reis, certa vez, recebeu o então diretor Benjamim Ferreira Gomes na casa de seu tio Irineu Bornhausen, na praia de Cabeçadas, em Itajaí, e ficou surpreso ao saber que ele estava portando uma grande quantidade de dinheiro que havia recebido em Florianópolis. O dinheiro destinava-se para a compra de materiais e para o pagamento dos operários contratados para a construção da Escola⁶.

Nos dias de hoje, o pagamento em espécie não é mais uma prática adotada. Os valores são creditados diretamente em conta bancária, após realização de licitação. Essa forma de pagamento facilita tanto quem paga quanto quem recebe. As verbas do Governo para proventos e construção das obras da Escola, em 1957, são resultados do plano de trabalho desenvolvido pelo diretor João Palma Moreira. O ofício N.º 959, de 16 de maio de 1957, relata o seguinte:

O Diretor da Escola Agrotécnica de Araquari apresenta Plano de Trabalho para 1957 no valor de Cr\$ 2.400.000,00, sendo Cr\$ 1.274.600,00 para a 1ª parte – custeio, e Cr\$ 1.125.400,00 para a segunda parte – obras, instalações e equipamentos (CARDOSO APUD GARCIA, 1989, p.13).

Entre os anos de 1954 e 1959 foi construído o prédio da escola, composto por quatro salas de aula, uma biblioteca, uma sala de audiovisual,

dependências sanitárias, dormitórios, cozinha, refeitório, lavanderia, secretaria, gabinete da direção, almoxarifado, sala de professores, pátio, corredores e caixa de água, totalizando uma área de 2.130 m². Ao término da construção das salas da administração, o diretor João Palma Moreira concluiu seu mandato e, em fevereiro de 1958, foi substituído por Paulo Henrique Rocha Farias.

No ano seguinte, em 11 de maio, iniciam-se as atividades escolares com 20 alunos matriculados na primeira série do Curso Operário Agrícola, equivalente a 5ª e a 6ª série do antigo ginásio. Três anos depois, em 1962, a escola muda sua denominação para Ginásio Agrícola “Senador Gomes de Oliveira” e passa a ministrar o curso Mestría Agrícola, equivalente aos quatro anos do Ginásio. Seis turmas receberam o diploma de Mestre Agrícola.

Segundo um dos alunos da primeira turma de operários agrícolas, Pedro Almeida, dos 20 alunos matriculados, 18 eram de família do meio urbano. “Eu, inclusive, nunca tinha plantado um pé de cebola e acabei tendo toda a minha formação voltada ao setor agropecuário”, confidenciou Almeida⁷. Em uma análise mais simples, parece que a escola não atendeu o objetivo proposto na sua implantação. Questionado sobre o assunto, Antônio Carlos Konder Reis afirmou que o maior objetivo da criação da Escola Agrícola de Araquari era o desenvolvimento regional e, hoje, quando passa pela região, percebe que a escola atingiu a meta.

A vinda de alunos de outras regiões traz novas ideias e também faz com que eles levem coisas boas para as cidades de origem. Outra contribuição importante da escola é o número de famílias que tiram o seu sustento prestando serviços. O nome que a instituição tem no cenário brasileiro contribui muito para o desenvolvimento da região.

A matriz curricular do Curso Operário Agrícola observa o regulamento fixado pelo Decreto N.º 21.667, de 20 de agosto de 1946. Na primeira série ministram-se disciplinas de língua portuguesa, matemática, ciências físicas e naturais, geografia do Brasil, história do Brasil, agricultura, francês e desenho técnico. Na segunda série, todas as do ano anterior mais a disciplina de criação de animais domésticos.

A denominação do curso Operário Agrícola demonstra claro interesse do Governo e da sociedade em preparar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, evidenciando, desta maneira, a utilização do ensino para fins práticos. Obviamente o Brasil precisava estimular a produção agrícola para alimentar a população das cidades que estavam crescendo, impulsionadas pelo êxodo rural, que se fortalecia por causa da mecanização agrícola e da crescente oferta de trabalho nas indústrias. A partir da II Guerra Mundial (1939-1945), a indústria brasileira foi fortemente favorecida pela adoção da política de substituição das importações, ocasionada pela dificuldade da compra de produtos do exterior.

Nos primeiros anos de funcionamento, os funcionários da escola não tinham estabilidade. Eles eram contratados para executar tarefas determinadas e a qualquer momento podiam ser dispensados e recontratados, se fosse necessário. O maior problema, no entanto, estava no atraso do pagamento, ocasionado pela demora do Governo Federal na liberação das verbas. Isso levava vários operários a desistirem do trabalho, causando transtornos para a administração.



Foram muitos os servidores que contribuíram pelo crescimento do colégio.

Segundo José Caetano da Costa⁸, que trabalhou no colégio entre os anos de 1959 e 1963, no início da Escola de Iniciação Agrícola, os funcionários chegavam a trabalhar até oito meses sem receber salário. Alguns compravam alimentos a prazo no Mercado de Antenor Sprotte,

registrando, em caderneta, os valores a pagar. O pagamento das dívidas só acontecia mediante o recebimento do salário, normalmente, no fim do ano. “Quem tinha família muito grande e dependia apenas da cota do mercado do Sr. Antenor, passava necessidade. Tive que pedir demissão pra arrumar outro serviço, caso contrário meus filhos passariam fome. Se o pagamento fosse mensal, como acontece hoje, jamais teria saído da escola, porque gostava de trabalhar lá”, registra Costa.

O funcionário José Justino de França, conhecido como “Seu” Zezo⁹, conta que só não pediu demissão porque o pai não permitiu. “Para que não saísse, meu pai me dava uma mesada todo o final de semana e quando recebia o pagamento, vinha tudo numa bolada, assim podia adquirir mais coisas. Tive colegas que compraram geladeira, utensílios pra casa e outros supérfluos. O duro era passar o ano até chegar o pagamento”, confirma Zezo.

**Nos primeiros anos de funcionamento da Escola,
os funcionários chegavam a trabalhar até oito meses sem
receber salário.**

O servidor Antônio Procópio¹⁰ informou que comprou, em Joinville, uma moto Monark Java para pagar quando recebesse. Quando saía do serviço, às 17h30min, dirigia até Balneário Barra do Sul, pegava 80 kg de peixe e passava de casa em casa até o Ponto Alto, em Araquari. Retornava perto da meia noite, com o bolso cheio de dinheiro e, assim, sustentava a família e pagava as dívidas. No fim do ano recebeu o pagamento, pagou a moto e sobrou dinheiro. “Essa foi uma das maneiras encontradas para não sair do Colégio, além de pescar nesse mar maravilhoso, que sustentou a família de muita gente”, relembra Procópio.

Procópio comenta também que não recebia hora extra, tinha hora marcada para iniciar, mas não tinha hora para parar e quando viajava em serviço, apenas recebia a alimentação. Mesmo assim, ele não faltava ao trabalho e falava para todo mundo que não sairia “de jeito nenhum” da escola. Dizia que “esse ainda seria o melhor lugar do mundo para se trabalhar”, e hoje ainda comemora. E ele tinha razão para acreditar. Sob a administração do diretor Arnaldo Manhães de Mattos, em 1962, acontece a regularização do pagamento mensal dos funcionários, com o enquadramento no serviço público federal. Servidores horistas “passam a ter vínculo empregatício estatutário, através da Secretaria da Agricultura” (GARCIA, 1989, p. 25).

Os alunos Pedro Almeida¹¹ e Ladislav Lench¹² contam que nos primeiros anos, as aulas práticas, realizadas três vezes por semana, visavam o preparo de áreas para o plantio e a construção das edificações que abrigariam os animais. Por isso, agressões ao meio ambiente eram constantes. “Quando se falava em aulas práticas, já lembrávamos da foice e do machado”, recorda Almeida. Lench lembra do início, quando “aos poucos começou o trabalho de preparo da terra, plantio de hortaliças, frutas, grãos e instalação de pequenas unidades com bovinos e suínos”. A montagem de projetos é uma conquista gradativa, que acontece com um trabalho conjunto e apoio do Governo. Hoje, a escola está em um processo de melhoramento, pois o sistema escola-fazenda é visto como um diferencial. Apesar dos gastos elevados, é um excelente meio de socialização entre os alunos, provenientes de diferentes regiões.

Para atenuar a insuficiência das Unidades Didáticas de Produção (UDPs), muitas vezes os alunos eram levados pelos professores para visitar fazendas e propriedades agrícolas particulares. Hoje, essa ainda é uma prática bastante comum na escola. Com certa frequência são programadas viagens de estudo para conhecer *in loco* produtos, equipamentos, técnicas de produção e todas as atividades que favoreçam o processo ensino-aprendizagem.



Em 1993, o colégio realiza a primeira mostra científica.

Em 1986, a aquisição de um ônibus facilitou bastante a realização de viagens de estudo. A partir desse momento, a escola adquire mais autonomia para realizar aulas práticas fora do próprio estabelecimento. Quando o veículo é insuficiente, a escola providencia a liberação de outro ônibus e, se necessário, são locados ônibus de empresas particulares. Os custos para a realização das viagens são pagos pelos alunos, mas na maioria das vezes, eles recebem subsídios da escola.

O ingresso do aluno na Escola, desde os primeiros anos de funcionamento, acontece por meio de concurso de admissão (exame de classificação), constando de teste escrito e entrevista. Sobre isso, o diretor Paulo Henrique Rocha Farias declarou que,

“Nós tínhamos que fazer seleção já desde o início porque o número de alunos sempre superava o número de vagas [...]. Tínhamos na ocasião a maioria de candidatos de Santa Catarina oriundos de todas as regiões e também candidatos de outros Estados. Fazíamos a prova escrita e depois uma prova oral para fazer a seleção. Dávamos preferência àquele aluno que viesse da zona rural, por tratar-se de uma escola que deveria desenvolver seus ensinamentos para a aplicação na área rural” (FARIAS APUD GARCIA, 1989, p. 17).

Esse sistema de admissão continua sendo adotado, contudo, não é mais dada preferência ao candidato proveniente do meio rural. Na seleção, leva vantagem o candidato que demonstra interesse e um perfil mais adequado para o curso e o desempenho técnico da função.

O maior atrativo da clientela que disputa uma vaga na escola encontra-se na qualidade dos cursos técnicos e do ensino médio oferecidos. Desde a implantação procurou-se manter o ensino público e gratuito de qualidade, disponibilizando internato para os alunos, principalmente para aqueles que residem distantes da instituição e não têm condições de custear sua própria alimentação, moradia e transporte. Desde o primeiro ano da escola a matrícula dos alunos oriundos de outros municípios catarinenses é verificada. Entretanto muitos vêm de outros estados, especialmente do Paraná e de São Paulo.

A maioria dos alunos sente orgulho de frequentar o colégio. Desde o início a escola não se preocupava apenas com a informação, mas com a formação do educando. A qualidade do ensino deu muitas oportunidades, o ex-aluno Pedro Almeida colhe os frutos, “Hoje sou o profissional que sou graças à Escola Agrícola de Araquari”¹³, agradece.

Ao fazerem da escola o seu próprio lar, os alunos criam vínculos com o local e fortes laços de amizade. O fato de os alunos estarem envolvidos o dia todo com atividades culturais, esportivas e didático-pedagógicas de ensino favorecem sua interação e consequente integração. Em função disso é comum, após a conclusão do curso, alunos retornarem à escola para “matar” a saudade e rever amigos. Para estimular o reencontro a instituição realiza anualmente, no quarto sábado de agosto, o “Encontro dos Egressos”. Durante o encontro são homenageados os alunos que completam 25 anos de conclusão de curso. O evento é rico em momentos de trocas de experiências entre alunos novos, servidores e egressos que estão atuando no mercado de trabalho.

Com o objetivo de apoiar e fortalecer esses profissionais, no dia 05 de novembro de 2003, em comemoração ao dia do Técnico Agrícola, foi inaugurado nas dependências do colégio o Núcleo Regional dos Técnicos Agrícolas do Litoral Norte Catarinense (NURTALINC). Esse núcleo está ligado à Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina (ATASC), cujos integrantes têm seus interesses defendidos pelo Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio de Santa Catarina (SINTAGRI). Outras entidades de classe passam a ter maior relevância em suas funções como a Cooperativa de Serviços Técnicos Agrícolas (UNITAGRI) e o Conselho Estadual de Ensino Agrícola de Santa Catarina (CONEA).

Atualmente existem 8 mil técnicos agrícolas exercendo a profissão no Estado, sendo como profissional autônomo ou com registro em carteira de trabalho. O Sintagri e a Atasc, que atuam praticamente juntas defendendo os interesses da profissão, representam 4 mil profissionais. No entanto, apenas 1500 são associados cadastrados das entidades. Por falar no Sintagri, o atual presidente, Antônio Tiago da Silva, formou-se no Colégio de Araquari, em dezembro de 1981, e foi neste período que se envolveu com as lutas da classe. “A vida associativa dos tempos de colégio foi fundamental para despertar o meu interesse pelas nossas entidades representativas”, declara Silva¹⁴.

Além disso, seu primeiro contato com as entidades aconteceu na escola, por meio de uma palestra do então presidente da ATASC, Hugo Mathias Biehl, quando a entidade completava três anos. Permaneceu no colégio entre os anos 1978 e 1981, graças ao professor Luiz Carlos Bernardi, que foi buscá-lo em sua cidade - São João Batista - após saber da sua desistência por causa do pai adoecido.

Durante estes anos, o colégio ainda sofria influência da ditadura militar, instaurada no Brasil em 1964 e, por isso, os alunos vivenciaram um longo período de censura. Não podiam tirar fotos e nem sair dos limites do colégio sem autorização ou depois das 22h. Isso fortaleceu o envolvimento dos alunos com a COOPERCASGO, que passou a trabalhar em parceria com o colégio, construindo um novo posto de vendas para comercializar o excesso da produção. A Juventude Unida do Colégio Agrícola, criada pelo professor José Oscar de Souza, envolveu os futuros técnicos, preparando-os para o Clube 4S (Saber, Sentir, Servir e Saúde,). Esse programa era desenvolvido pela antiga ACARESC e incentivava que os jovens continuassem atuando na lavoura.



Silva recebeu o diploma das mãos do Senador Gomes de Oliveira.

Em abril de 1961, por ocasião da eleição do diretor Paulo Henrique Rocha Farias ao mandato de Deputado Estadual, Arnaldo Manhães de Mattos assume a direção da Escola e realiza melhorias em diversos setores. No refeitório, promove significativas mudanças na qualidade e no aumento da variedade dos alimentos. Na mecanização e no transporte realiza a compra de um trator de pneus com implementos agrícolas e de um caminhão F-600. Essas aquisições vão dinamizar a vida na escola tanto na agricultura, melhorando a produtividade do setor quanto na compra de mercadorias para o consumo diário e no transporte dos alunos. As aquisições foram feitas com

recursos do Projeto Aliança para o Progresso, financiado pelo Governo Norte Americano, por meio da Organização dos Estados Americanos.

Entre 1958 e 1970, a Organização dos Estados Americanos (OEA), por intermédio do Comitê Interamericano Aliança para o Progresso, liberou mais de US\$ 15 bilhões para ajudar países do continente americano, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural, fortalecendo a política econômica norte-americana e evitando a influência comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) sobre a América.

O diretor Arnaldo Manhães de Mattos, visando aperfeiçoar a capacidade de formação da escola amplia, em 1962, o número de vagas em quase 50%. O aumento do número de alunos, no entanto, gera uma séria consequência: falta de recursos para compra de alimentos para servir no refeitório e o elevado número de evasão escolar. A escassez de comida é apontada como sendo a principal responsável pela saída de, aproximadamente, 40% dos alunos. França (apud, 1989, p. 26) afirma que, “a crise ocorreu quando os estoques foram acabando e, sem previsão para o repasse de novos recursos, a qualidade da alimentação decaiu a ponto de ser servido aipim cozido em todas as refeições”.

Como se a crise financeira não bastasse, no mesmo ano também ocorreu um problema de falta de água, ocasionado por uma longa estiagem. Os poços que abastecem a escola secaram e os alunos não tinham água para a higiene pessoal. Havia dificuldade de encontrar água até para o preparo dos alimentos. Para contornar a situação, diversas vezes os alunos foram levados, em caminhão lotado, para se banharem na praia de Balneário de Barra do Sul. O problema é contornado com a chuva e a perfuração de um poço de 4 a 5 metros de profundidade, revestido com anéis tubulares, capaz de fornecer 2 mil litros de água por dia.

Em meados da década de 1970, a escassez de água volta a preocupar. O então diretor Antônio Alir Dias Raitani decidiu perfurar o primeiro poço artesiano, próximo ao refeitório. O poço de aproximadamente 100 metros fornece em torno de 10 mil litros de água por hora. Em 1992, esse poço é fechado por problemas de abastecimento e ao seu lado é perfurado um segundo poço, desta vez de 108 metros.

No ano de 1995, a elevação do consumo diário de água nas UDPs faz com que o problema volte à tona. De vez em quando a cozinha, os alunos, as UDPs enfim, toda a escola ficam sem água. Diversas vezes o Corpo de Bombeiros e a Casan de Joinville são requisitados para suprir as necessidades do colégio, trazendo caminhões pipa. Por isso, o então diretor Vicente Brüning providenciou, junto à UFSC, a abertura de um terceiro poço artesiano, que atinge 95 metros de profundidade e fornece 4 mil litros de água por hora.

Poucos anos depois, a água do poço torna-se barrenta e imprópria para o consumo. Em 2000 é construído um sistema em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), um quarto poço artesiano, próximo à Indústria Rural. Esse poço, de 115 metros de profundidade, tem capacidade para fornecer 10.800 litros de água por hora.

Em meados de 1962, o diretor Manhães de Mattos deixa a escola para assumir uma fazenda-modelo na cidade de Ponta Grossa/PR. Dalton Heros Malucelli assume o seu lugar. De acordo com o professor Francisco Airton Garcia¹⁵, a administração de Malucelli, entre os anos de 1962 e 1968, caracterizou-se pela personalidade forte e decidida. Foi ele quem implantou um sistema de disciplina rígido no internato, acompanhando diretamente os afazeres do dia a dia dos alunos. Foi responsável também pela ampliação da área agricultável e pela criação do projeto de frangos de corte e postura, além de melhorar os projetos de suinocultura e gado leiteiro.

O aprendizado em constante evolução

De 1959 a 1967, subordinada ao Ministério da Agricultura, a escola tem o ensino coordenado pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), órgão criado pelo Decreto Lei N.º 2.832, de 04 de novembro de 1940. A superintendência foi criada com o objetivo de “orientar e supervisionar o ensino agrícola; fiscalizar o exercício das profissões de agronomia e veterinária; ministrar o ensino médio elementar de agricultura; promover a educação direta das populações rurais; e realizar estudos e pesquisas educacionais aplicados à agricultura” (BROGNOLI, 1998, p.95).

Em 19 de maio de 1967, por meio do Decreto N.º 60.731, o SEAV, bem como os demais órgãos e estabelecimentos de ensino do Ministério da Agricultura, são transferidos para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), conforme publicado no Diário Oficial da União, em 22 de maio de 1967. Neste mesmo ano, após prestar concurso para o Ministério da Agricultura, Malucelli deixa o cargo de diretor e é transferido para a delegacia ministerial, em Florianópolis. O vice-diretor, Antônio Alir Dias Raitani, passa a ser o novo diretor do colégio.

Na década de 1950, para a maioria dos brasileiros, o acesso ao ginásio era um sonho difícil de realizar.

Por conseguinte, em 25 de janeiro de 1968, pelo Decreto N.º 62.173, a responsabilidade administrativa e financeira do Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira passa para a UFSC e a didático-pedagógica para a Secretaria de Ensino de Segundo Grau do MEC. Neste ano, o ginásio mudou sua nomenclatura para Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, passando a oferecer o curso de Técnico Agrícola, que equivale ao Ensino Médio. Finalmente, em 1975, este curso recebeu a denominação de Técnico em Agropecuária, pois os conteúdos eram voltados para agricultura e pecuária, oferecendo disciplinas como agricultura, culturas regionais,

zootecnia, criações, indústrias rurais, economia agrícola etc.

Em 1950, para a maioria dos brasileiros, o acesso ao ginásio era um sonho difícil de realizar. Já na década seguinte, isso começa a se tornar uma realidade plausível. Assim, o curso Mestria Agrícola, ministrado concomitantemente às quatro séries do Ginásio, dá lugar ao curso Técnico Agrícola, equivalente ao Segundo Grau, atual Ensino Médio. A mudança do curso de Mestria para Técnico Agrícola igualmente decorre da nova concepção de educação, que transfere o ensino profissionalizante do Primeiro para o Segundo Grau. Em 1971, essa ideia se concretiza com a divulgação da Lei de Diretrizes e Bases N.º 5.692, que regulamenta a educação nacional.

Até o ano de 2004 existiam no Brasil 139 Instituições Federais de Educação Tecnológica, sendo 36 Escolas Agrotécnicas Federais (autarquias); 34 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), autarquias federais que ministram ensino superior, de graduação e pós-graduação; 30 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais sem autonomia administrativa, financeira e orçamentária; 36 Unidades de Ensino Descentralizado, escolas que mantêm dependência administrativa, pedagógica e financeira a outra escola; e uma Escola Técnica Federal.

De 1909 a 2002 foram construídas 140 unidades, melhor configurando a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira. O Decreto N.º 5.154/04 permitiu a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. Em 2005, com a publicação da Lei N.º 11.195, ocorreu o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino. Também nesse ano o CEFET do Paraná foi transformado em Universidade Tecnológica Federal, sendo a primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no País.

O Decreto N.º 5.773/06, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais, no sistema federal de ensino é de suma importância para a implantação dos cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio. Em 2006, com o Decreto N.º 5.840 é instituído, em âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a

Educação de Jovens e Adultos (Proeja) com o ensino fundamental, médio e educação indígena.



Com o Proeja, aluno e professor praticam a teoria da sala de aula.

Com isso, o antigo CASCGO, hoje Instituto Federal Catarinense Campus Araquari, passa a ser referência nacional na oferta de cursos técnicos na modalidade. Desde o início de 2009 o colégio oferece os cursos de Técnico em Agropecuária no município de Jaraguá do Sul; Técnico em Pesca, em Joinville; e Técnico em Informática, na sede da instituição, em Araquari. O sucesso do programa se deve à utilização da Pedagogia da Alternância, e os professores se deslocam para outras cidades escolhendo o curso técnico juntamente com a comunidade-alvo e elaborando uma matriz curricular que acompanhe os arranjos produtivos locais.

Ainda no ano de 2006 é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino público e privado. Em 2007, há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades até o final de 2010. A meta do plano é atender todas as regiões do País, oferecendo cursos

Com isso, o antigo CASCAGO, hoje Instituto Federal Catarinense Campus Araquari, passa a ser referência nacional na oferta de cursos técnicos na modalidade. Desde o início de 2009 o colégio oferece os cursos de Técnico em Agropecuária no município de Jaraguá do Sul; Técnico em Pesca, em Joinville; e Técnico em Informática, na sede da instituição, em Araquari. O sucesso do programa se deve à utilização da Pedagogia da Alternância, e os professores se deslocam para outras cidades escolhendo o curso técnico juntamente com a comunidade-alvo e elaborando uma matriz curricular que acompanhe os arranjos produtivos locais.

Ainda no ano de 2006 é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino público e privado. Em 2007, há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de

- Art. 3º. A educação profissional compreende os seguintes níveis:
- I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
 - II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
 - III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. [...]

Art. 5º. A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.

Parágrafo Único. As disciplinas de caráter profissionalizante, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional, que eventualmente venha a ser cursada, independente de exames específicos.

Frente à dificuldade da mudança e da adaptação às exigências da nova Lei de Diretrizes e Bases N.º 9394/96 e do Decreto que acabamos de apresentar em parte, que propõe a desvinculação do ensino técnico do médio nas instituições federais de educação tecnológica, é editada a Portaria N.º 646, de 14 de maio de 1997, determinando:

Art. 3º. As instituições federais de educação tecnológica ficam autorizadas a manter ensino médio, com matrícula independente da educação profissional, oferecendo o máximo de 50% do total de vagas oferecidas para os cursos regulares em 1997, observando o disposto na Lei nº 9.394/96.

Art. 4º. O plano de implantação a que se refere o Art. 1º deverá prever um incremento de vagas em relação às vagas oferecidas em 1997 no ensino regular de, no mínimo, 50% no período de até 05 anos.

Essa legislação vem complementar a política neoliberal, que requer a diminuição da carga tributária como forma de expandir a atividade econômica, garantindo lucros aos empreendimentos da iniciativa privada. Por outro lado, também concorre a falta de recursos governamentais e o interesse de aliviar a demanda ao ensino superior, expressada no elevado número de candidatos que disputam, nos vestibulares, uma vaga, especialmente nas universidades públicas. Tal estratégia favorece todas as pessoas que, independentemente do grau de ensino, desejam realizar cursos profissionalizantes em curto espaço de tempo.

A filosofia citada anteriormente sofre uma mudança significativa de paradigma com a aprovação da Lei N.º 11.892, em 29 de dezembro de 2008. Ao criar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ocorre uma grande expansão da rede federal de ensino, com aumento no número de matrículas e de cursos oferecidos gratuitamente. A filosofia prevê mais recursos do Governo Federal para serem investidos em educação.

O curso do Proeja com Qualificação em Informática foi ministrado na sede do Campus de Araquari entre os anos de 2007 e 2008 formando 15 alunos. Também em 2007, em parceria com a UFSC e com a Escola de Iniciação Agrícola 25 de Julho, de Fraiburgo, formaram-se mais 35 alunos no curso Técnico em Agropecuária com Habilitação em Agroecologia, pertencente ao Programa Nacional de Ensino da Reforma Agrária (Pronea). O curso atendeu somente assentados da reforma agrária do Estado de Santa Catarina.

Em 2008, a escola agrícola de Araquari iniciou o curso técnico na modalidade Proeja pela pedagogia de alternância, na comunidade do Morro

do Amaral, em Joinville. A turma, que contava com 35 alunos, formará, em 2010, Técnicos em Pesca. No ano de 2009, em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul e o Governo Estadual, é criado o curso Técnico em Agropecuária na modalidade Proeja, pela pedagogia de alternância. Cerca de 50 alunos participarão do curso, que será ministrado durante três anos na Escola de Educação Básica Abdon Batista, em Jaraguá do Sul.

Os cursos preveem encontros presenciais complementados por estudos dirigidos e visitas técnicas nas propriedades dos alunos, com a finalidade de contextualizar o ensino, tornando-o significativo e prático na vida do estudante. A legislação do Proeja permite que os alunos realizem ensino médio e técnico simultaneamente e, também, que recebam um auxílio estudantil no valor de R\$ 100 por aluno, desde que seja comprovada 70% de frequência.

No ano de 2003, em parceria com outras instituições, o colégio participou do projeto “Profissionais do Maracujá”. Ao longo do ano, um grupo de alunos recebeu aulas de profissionalização na cultura do maracujá. O projeto buscou dar ao aluno: formação, inclusão social e oportunidade de trabalho. Com a decisão do Governo Federal de promover o ensino profissionalizante desvinculando-o do ensino médio, particularmente dentro das escolas federais, recaem duras críticas.

Nos cursos subsequentes matriculam-se pessoas que desejam dominar uma técnica alternativa de trabalho, por vezes interessante e lucrativa.

criação do curso subsequente a escola pretende preparar o profissional para dominar técnicas alternativas de trabalho, interessantes e lucrativas. Entretanto, sobre a

O governo é acusado de sucatear a educação e de incentivar cursos “valita”, estritamente direcionados para o mercado de trabalho (homem máquina), não se preocupando com a formação humana e integral do cidadão. Por conseguinte, em 1999, regularizou-se, no CASC GO, o ensino subsequente Técnico em Agropecuária, ministrado a uma turma especial de alunos egressos do ensino médio, em 1996, visto que naquele ano dez alunos matriculados já possuíam o Ensino Médio completo. Em 2001 implantou-se um novo curso, o Técnico em Aquicultura, de um ano de duração, destinado a alunos egressos do ensino médio.

No ano de 2005 a escola implantou o curso Técnico em Informática Subsequente e, a partir de 2008, oferecendo-o na modalidade concomitante com o ensino médio.

ANO/CURSO	Agropecuária	Agropecuária*	Aquicultura*	Informática	Informática*	TOTAL
1996	194	10	-	-	-	204
1997	202	-	-	-	-	202
1998	201	-	-	-	-	201
1999	194	18	-	-	-	212
2000	164	35	-	-	-	199
2001	156	41	21	-	-	218
2002	156	53	25	-	-	234
2003	158	52	33	-	-	243
2004	131	76	34	-	-	241
2005	107	104	63	-	-	274
2006	105	126	49	-	56	336
2007	142	105	37	-	112	396
2008	151	83	29	38	66	367
2009	139	94	21	67	60	381
*Cursos subsequentes						

De acordo com os dados da secretaria do Colégio Agrícola, a desvinculação do ensino técnico profissionalizante do ensino médio eleva o número de alunos matriculados nos cursos sequenciais – apesar da crescente demanda de alunos no processo de seleção dos cursos técnicos equivalente ao ensino médio – com a pretensão de buscar um curso de qualidade que lhes deem oportunidade de galgar espaços nas diferentes áreas profissionais.

O número de candidatos que disputam uma vaga no processo seletivo nos cursos técnicos subsequentes é menor. No entanto, pesquisas mostram

que um percentual maior deles, ao concluírem o curso, passam a desempenhar atividades profissionais no ramo. Já a procura por cursos técnicos concomitantes com o Ensino Médio é grande, sendo que a maioria dos alunos formados, por causa da baixa idade, ingressa em cursos superiores de diferentes áreas.

Por ocasião da extinção do SEAV, Antônio Alir Dias Raitani assumiu a direção do colégio e acompanhou sua transferência, em 1968, para a UFSC. Durante a sua administração, que se estendeu por 18 anos, a escola firmou-se junto à universidade UFSC e teve seu nome consolidado pela qualidade que o ensino público e gratuito oferecia. O reconhecimento da instituição se deve, acima de tudo, ao regime disciplinar e ao fato de os alunos estudarem em tempo integral, mesclando teoria com prática, tendo horário de estudo individual à noite.

Sob a direção de Dias Raitani, a área cultivada da escola e as UDP foram significativamente ampliadas. O professor Manoel de Souza Kirshoff¹⁶ destaca que em 1968, quando começou a lecionar na instituição, a escola só contava com quatro vacas e um touro Jersey. A partir daquele ano, progressivamente foram implantados e expandidos os projetos didáticos cunicultura, suinocultura e avicultura. O primeiro incubatório instalado na escola, em 1976, funcionava a gás e possuía quatro chocadeiras capazes de incubar 1.200 ovos por vez. Os ovos eram virados manualmente de 12 em 12 horas e borrifados com água a cada 6 horas, com um aspersor manual (tipo bombinha do Fritz).



A cunicultura é uma das Unidades Didáticas de Produção mais antigas.

As primeiras matrizes de marrecos foram trazidas pelo próprio professor Kirshoff, da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, localizada em Piracicaba, no Estado de São Paulo. Já os primeiros coelhos foram comprados em Campina Grande do Sul, no Paraná e, mais tarde, no município catarinense de Brusque¹⁷. Na década de 70, quando o incubatório ainda não existia, a escola buscava toda semana em Araucária, no Paraná, 500 pintos de um dia. Quando abatidos, uma parte dos frangos era destinada ao consumo interno e o restante abastecia o restaurante universitário da UFSC.

Na década de 1980, pela primeira vez, um diretor assume a instituição após consulta a comunidade escolar.

Outra novidade veio em 1981, quando o diretor Dias Raitani providenciou a implantação de uma microdestilaria de álcool etílico para uso doméstico e farmacêutico. A usina possuía capacidade para produzir 100 litros por hora. Poucos anos depois, no entanto, ela foi desativada por falta de matéria-prima, visto que o solo arenoso da escola é inadequado para o cultivo de cana-de-açúcar, pois apresenta uma produtividade muito baixa. Para evitar que os equipamentos se estragassem e virassem sucata, em 1988, a então diretora Tânia Regina Schneider providenciou a sua retirada da escola por meio de um contrato firmado entre a UFSC e a empresa Cerealcool, do Rio Grande do Sul. Os equipamentos foram arrendados por um prazo inicial de cinco anos.

A professora e engenheira agrônoma Tânia Regina Schneider assumiu a direção do colégio no ano de 1986, após a reitoria da UFSC consultar a comunidade escolar. A troca de diretores foi resultado de uma greve liderada por alunos, que entre outras coisas pleiteavam maior autonomia e participação nas decisões da escola. A posse da diretora aconteceu respaldada no Regimento Interno do Colégio, que estabelecia como requisito para ocupação do cargo a formação superior em Agronomia. A exigência vigorava desde que o colégio era subordinado à SEAV.

De acordo com a professora Tânia, durante os três anos em que ela dirigiu a escola, além da falta de verbas, um dos maiores desafios foi fazer com que o colégio continuasse sendo conhecido pela qualidade de ensino,

apesar da resistência da própria comunidade escolar frente às novas mudanças. A disciplina dos alunos internos, até então cobrada de maneira bastante rígida pelo coordenador de internato, passou por um período de certa instabilidade e turbulência, já que a escola não estava suficientemente preparada para dar maior autonomia e liberdade aos estudantes.

Alguns meses após ter tomado posse, a diretora providenciou junto à universidade a contratação de dois coordenadores de internato, para que trabalhassem em sistema de revezamento, possibilitando o acompanhamento dos alunos internos durante 24 horas. Segundo a professora Tânia, a implantação de um sistema mais democrático é dificultada pela deficiência de infraestrutura física do colégio. Cerca de 60 alunos, principalmente da 1ª série, permaneciam alojados em um único dormitório. A situação dificultava a manutenção da disciplina, pois a maioria dos alunos tinha entre 14 e 19 anos, idade propícia para brincadeiras e aventuras.

Por essa razão, a escola precisou adotar um sistema de trabalho que privilegiasse a disciplina, garantindo assim um ambiente favorável para o aprendizado. Na década de 1980, além das obrigações de arrumar a cama, limpar os alojamentos, dormitórios e banheiros, os alunos também varriam os corredores, limpavam, arrumavam e enceravam as salas de aula e outras tarefas para manutenção do colégio. A escola carecia de funcionários para realização dessas atividades, além de alojamentos capazes de abrigar grupos de até oito alunos. Faltavam guardas para acompanhar a entrada e a saída dos alunos e para vigiar a UDP, como também à noite e nos fins de semana. Eram muitas as necessidades, mas felizmente, pouco a pouco, essas deficiências foram sendo superadas, em parte, por causa da pressão das mudanças que se impuseram.

Graças ao empenho e trabalho da direção, da comunidade escolar e da reitoria da UFSC, hoje o Colégio possui uma boa infraestrutura e, conseqüentemente, uma melhor condição de ensino e estadia para os alunos, o que não significa ausência de problemas e desafios a superar. Pelo contrário, atualmente, enfrentamos uma nova realidade e circunstâncias que exigem novas atitudes e demandas sócio-pedagógicas. Durante sua administração, a diretora Tânia conseguiu viabilizar obras como a construção da lavanderia e da padaria; a ampliação da rede de energia elétrica, com instalação de um transformador e nova fiação elétrica; a reforma parcial do

prédio central; a instalação de uma nova máquina incubadora, capaz de incubar 20 mil ovos. A dificuldade financeira se deve ao fato de o Colégio ter que disputar verbas do montante de recursos da UFSC com os demais departamentos. Antes da ampliação da rede elétrica, o alto consumo e a baixa voltagem de energia seguidamente ocasionavam “apagões” no Colégio. O funcionamento do novo incubatório, por sua vez, também se torna possível, o que permite ampliar a comercialização de filhotes de marreco aos agricultores. Os marrequinhos são utilizados em sistema de consórcio, principalmente na época da colheita do arroz. A escola foi pioneira nessa técnica de consórcio do marreco com o arroz, ajudando a difundir na região, e até hoje contribui para que a atividade se mantenha.



O consórcio do marreco é uma boa fonte de renda para a cooperativa.

Em 1987, a falta de recursos financeiros para a conclusão da ampliação da rede elétrica leva, inclusive, a diretora a efetuar um empréstimo financeiro junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Para Tânia, a dificuldade financeira enfrentada pelo colégio era resultado da divisão de investimentos federais. “O colégio tinha que disputar verbas do montante dos recursos da UFSC, com os demais departamentos da instituição, sendo nossas necessidades peculiares, em função do internato e do sistema de escola-fazenda”, acredita a diretora da época¹⁸.

A manutenção das UDPs junto aos gastos necessários para o funcionamento do internato e de toda estrutura do estabelecimento

requerem significativa importância econômica da universidade, apesar da contribuição financeira gerada pelas unidades de produção. Muitas vezes elas foram responsáveis por livrar o colégio das limitações financeiras, decorrente da falta ou do atraso na liberação de verbas.

Em 1988 altera-se o Regimento Interno do Colégio possibilitando que qualquer professor efetivo, independente de possuir ou não formação superior em Agronomia, pudesse disputar as eleições e ser nomeado diretor. Sendo assim, o professor Francisco Airton Garcia, com formação em História, candidatou-se e venceu sua concorrente, a então diretora Tânia. Em 30 de janeiro de 1989 ele é empossado diretor, iniciando a regularização das coordenações de ensino, da cooperativa, do internato, da mecanização agrícola, da agricultura, da zootecnia, dos serviços gerais e do planejamento, bem como da integração Escola/Empresa/ Comunidade.

Em seguida, com recursos da Secretaria Nacional de Ensino Tecnológico (Senete), ligada ao MEC, foram construídos dez alojamentos para o internato, cada um com capacidade para abrigar oito alunos. Com recursos da Fundação.

Os novos alojamentos resolvem um velho problema, causado pelo grande número de alunos no dormitório, vulgarmente conhecido como “chiqueirão”.

Nacional de Desenvolvimento ao Educando (FNDE), também do MEC, e da Prefeitura Municipal de Araquari foi reformando a sala do antigo dormitório, transformando-o em biblioteca. A construção de novos alojamentos resolve, na raiz, um velho problema causado pelo grande número de alunos do dormitório, vulgarmente conhecido como “chiqueirão”.

Perante a UFSC, o diretor Garcia contratou dois assistentes de alunos para que os estudantes fossem acompanhados por 24 horas, sob os olhares da coordenação. Também realizou a contratação de uma empresa de vigilância, para fazer a guarda noturna das dependências do colégio, por causa do desaparecimento de animais de médio e grande porte. O principal

motivo dos furtos devia-se, no entanto, à implantação de loteamentos próximos à instituição, o que elevou substancialmente o número de moradias e população vizinha de baixa renda.

A contratação de guardas noturnos e de assistentes de alunos, sem sombra de dúvida, favoreceu a preservação do patrimônio e o controle disciplinar no internato. Por consequência, o dia-a-dia na escola tornou-se mais tranquilo. Sob a administração do diretor Garcia foram adquiridos equipamentos e realizadas várias obras como a reforma e a colocação de forro em todo prédio do colégio, ampliação da UDP de Avicultura, de Gado Leiteiro, de Agricultura e de Indústria Rural.



Os alunos na UDP de Bovinocultura, na sala de ordenha automatizada.

Durante os anos de 1989 e 1993, enquanto era diretor do colégio, Garcia teve que se afastar do cargo em dois momentos. Primeiro, de março a outubro de 1990, ao assumir interinamente a função de Prefeito de Araquari, sendo substituído pelo professor Amaury Celso Hintz. Depois, de junho a setembro de 1992, quando assumiu novamente a cadeira do Prefeito, fazendo com que o professor Vicente Brüning o substituísse. Em outubro de 2002, quando aconteceram as eleições para escolha do diretor, professor Brüning foi o candidato vencedor. Em 30 de janeiro do ano seguinte foi empossado pelo Reitor da UFSC, professor Antônio Diomário de Queiroz.

Em 1996, em nova eleição, Brüning foi reeleito para um segundo mandato, permanecendo no cargo até 30 de janeiro de 2001. Desta vez foi empossado pelo Reitor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. Durante os oito anos de sua gestão, o professor realizou diversas obras importantes. Entre as físicas destacam-se a reforma de várias unidades da escola como a cozinha, o refeitório, as salas de aula e a sala da administração. Alojamentos, incubatório de ovos, galpões de aves, substituição das telhas francesas em todo o prédio principal, construção de ginásio poliesportivo, caixa de água de 104 m³, nova instalação para a unidade didática de produção do gado leiteiro e portaria foram outras obras de destaque.

Um futuro repleto de realizações

Bem se pôde perceber que as reformas necessárias para a manutenção do patrimônio do colégio, bem como as novas construções feitas ao longo dos anos contribuíram e ainda contribuem significativamente para a melhoria da infraestrutura e, por consequência, do processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Basta lembrar a dificuldade que a escola enfrentava antes da construção do ginásio poliesportivo, o que fazia os alunos praticarem as aulas de Educação Física e atividades esportivas na quadra interna, localizada em frente das salas de aula. Além das distrações que isso ocasionava, a bola caía seguidamente sobre o telhado e nas janelas, quebrando telhas e vidraças. Em dia de forte trovoadas, dificilmente uma sala permanecia enxuta e livre das goteiras.

Na década de 1990 aconteceram melhorias relevantes no sistema de comunicação. O diretor Brüning providenciou a instalação de uma central e ramais telefônicos em vários setores. Assim, a vida escolar tornou-se mais dinâmica e os contatos, internos e externos, mais ágeis. Por outro lado, a instalação de dois telefones públicos nas dependências da escola igualmente favorece a comunicação dos alunos, especialmente dos internos cujos familiares residem distantes de Araquari. O transporte coletivo ligando Joinville ao colégio é outra conquista importante. Os alunos residentes em Joinville agora podem estudar durante o dia ou à noite, voltando para casa com tranquilidade. Professores e funcionários são igualmente beneficiados.

Após anos de reivindicação, em 2003, o DNER instalou dois redutores de velocidade em frente ao colégio, na BR-280, km 27. Antes da instalação, o elevado número de veículos de carga e passeio que desrespeitavam a velocidade permitida dificultava uma travessia segura das pessoas, veículos e maquinários agrícolas da escola. O fato é que a velocidade máxima de 50 km/h, estabelecida pelo radar, minimizou os riscos de acidentes. Porém, hoje estas lombadas eletrônicas encontram-se desativadas e os riscos à comunidade escolar cresceram.

Durante a administração de Brüning, professores e funcionários faziam cursos de capacitação de curta duração custeados com recursos da UFSC. Vários professores se afastaram para realização de cursos de pós-graduação. Para concluir o doutorado, um professor afastou-se seis meses. Com o objetivo de tornarem-se mestres, quatro professores conseguiram afastamento integral e sete professores realizaram uma especialização. Assim, a escola melhorou significativamente, a qualificação do seu corpo docente e funcional repercutindo favoravelmente no processo de ensino-aprendizagem. Em 2003 eram 17 professores efetivos, sendo três graduados em curso superior, cinco especialistas, três mestrados, quatro mestres, um doutorando e um doutor.



Professor Manoel ministrando aula na década de 1980; condições bem diferentes.

Segundo Joverci Antônio Pocera¹⁹, o diretor Brüning estimulou a participação dos funcionários nomeando-os para desempenhar funções de coordenação. Nas administrações anteriores era limitada a participação de servidores nessas funções. A partir da administração do professor Vicente, os servidores técnico-administrativos e os professores passaram a dividir as coordenações. Ele valorizava o trabalho dos coordenadores delegando poderes e atribuições, mas também cobrava responsabilidade de todos. Pocera conta que ele costumava dizer: “Eu confio no teu trabalho, pode contar comigo, mas se você não atender às minhas expectativas, coloco outro no teu lugar”.

Embora existissem os coordenadores responsáveis por diversos setores da escola, o diretor Brüning, sempre que podia, acompanhava de perto o seu andamento. A disciplina, de fundamental importância para o dia-a-dia, recebia atenção especial. Os alunos, percebendo a preocupação, respeitavam os regulamentos e as orientações com bastante seriedade. Sob a direção de Brüning são feitos convênios com a Prefeitura Municipal de Araquari para a realização de cursos de capacitação de agricultores e para disseminação de produtos agrícolas, a exemplo da cultura do maracujá. O colégio passou a produzir e a comercializar mudas de maracujá com subsídio do Governo Municipal.

Com o fim de sua administração, o professor Brüning encaminhou ao MEC um projeto para a implantação de um novo curso, o de Técnico Subsequente em Aquicultura, que foi aprovado em dezembro de 2000. Em agosto do ano seguinte iniciaram-se as aulas da primeira turma, com 21 alunos matriculados. Por meio desse curso que o colégio foi o primeiro no Brasil a oferecer, o aluno aprende a arte da criação e do manejo de peixes, mexilhões, ostras, camarões e outras espécies aquáticas que vivem em ambientes de água doce e salgada. O curso vem despertando o interesse de muita gente. Na terceira turma houve, inclusive, a participação de um aluno português. Ele interrompeu a faculdade de Oceanografia, na Universidade de Lisboa, para realizar o curso técnico em aquicultura.

O Técnico em Aquicultura é bastante requisitado, pois são muitas as ofertas de emprego e são poucos os profissionais habilitados.

O Técnico em Aquicultura é bastante requisitado, pois são muitas as ofertas de emprego e são poucos os profissionais habilitados. Tanto o estado quanto o País possuem um vasto litoral, possibilitando o cultivo de peixe de água doce e salgada. Da mesma forma, nos últimos anos, o mercado de trabalho do Técnico em Agropecuária também vem se fortalecendo, principalmente com a conscientização ecológica da sociedade frente à necessidade da preservação do meio ambiente, bastante prejudicado pela ação predatória do homem.

Órgãos públicos que atuam em defesa do meio ambiente estão ampliando sua atuação, a exemplo do Ministério do Meio Ambiente; do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), da Fundação do Meio Ambiente (FATMA); da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUNDEMA); e da Agência Nacional das Águas (ANA). A

formação na área ambiental tem levado esses órgãos a priorizar a contratação de Técnicos em Agropecuária e em Aquicultura.



Os alunos na aula prática do curso técnico em Aquicultura, em 2009.

A participação social ativa do técnico enquanto agente de liderança na sua comunidade é outro elemento importante na conquista e na ampliação do espaço no mercado de trabalho. Cada vez mais a sociedade necessita de profissionais que saibam se relacionar e que sejam líderes criativos. Nesse sentido, o Técnico em Agropecuária, Aquicultura e em Sistemas de Informação bem formado leva vantagem.

Em outubro de 2000, o professor Antônio Alir Dias Raitani Júnior é eleito diretor, assumindo a direção em 30 de janeiro de 2001. Sob a administração do professor Raitani Júnior o Colégio continuou o processo de qualificação do quadro docente e funcional, liberando professores para realização de cursos de pós-graduação. Um professor obteve afastamento integral para concluir o doutorado e três afastaram-se parcialmente para o mestrado. Os funcionários também realizaram cursos de capacitação e pós-graduação, sem afastamento de suas funções normais.

Em comum acordo com os professores, responsáveis diretos pela elaboração de projetos laboratoriais, o diretor Raitani Júnior promoveu

melhorias na infraestrutura de apoio didático-pedagógico, construindo laboratórios de física, biologia e aquicultura, com recursos provenientes do Projeto *Vitae*²⁰. O Laboratório de Informática, instalado na escola em 1996, recebeu especial atenção. Equipamentos antigos, como os primeiros computadores, são substituídos por versões mais atualizadas. Em 2001, o laboratório dobra sua capacidade com a aquisição de cinco novos computadores. Em 2003, os computadores do laboratório são novamente substituídos por dez novos aparelhos, de versão mais atualizada.

Neste mesmo ano, todos os computadores são conectados à *Internet*. No primeiro semestre de 2003 são conectados a uma rede de baixa velocidade e, no segundo semestre, a velocidade da rede aumenta significativamente com a conexão em banda larga, proporcionando uma velocidade de transferência de 5 a 50kb/s, dependendo do horário de uso e do número de computadores conectados em rede. Em 2004, mais quatro computadores são instalados no Laboratório, totalizando 14 computadores em funcionamento. Hoje, em 2009, a escola disponibiliza computadores de última geração e de acesso à *Internet*. Todos têm acesso à informática, melhorando a qualidade do trabalho e dos estudos.



Alunos dividindo computadores a era da informação ainda não havia chegado

O Laboratório é utilizado tanto para ministrar aulas de Informática quanto pelos alunos para efetuar pesquisas na *Internet* e para trabalhos acadêmicos. Os professores têm os computadores como ferramenta de apoio e subsídio ao ensino.

Sempre que possível, especialmente nos horários em que os alunos não possuem aulas, mediante agendamento e acompanhamento, os computadores são disponibilizados aos estudantes. Hoje em dia, cada vez mais percebe-se a importância da informática na escola.

É por meio da *Internet* que alunos e professores podem rapidamente manipular dados, acessar todo tipo de informações e se comunicar com pessoas em qualquer parte do mundo, coisa que há alguns anos era impossível de se fazer. O computador, a *Internet*, o sistema de telefonia moderno favoreceram enormemente a comunicação, o intercâmbio cultural, o processo ensino/aprendizagem, a pesquisa e a extensão.

**As novas tecnologias favorecem a comunicação,
o intercâmbio cultural, o processo ensino/aprendizagem,
a pesquisa e a extensão.**

Em 2008, o colégio contava com um quadro funcional formado por 39 professores, sendo 32 efetivos e sete contratados por tempo determinado, e 26 funcionários, responsáveis por diversas funções. Já em 2009, o corpo docente sofreu algumas alterações por causa da aposentadoria dos professores Iralir Raitani, Tânia Regina Schneider e Vicente Brüning, além da vontade de alguns em não permanecer na instituição com a efetivação dos Institutos Federais. Desta forma, o corpo docente passa a ter 27 professores efetivos e 14 substitutos.

Com a implantação completa do Instituto Federal Catarinense Campus Araquari, nome com o qual o Colégio Agrícola passou a ser conhecido em 2009, ocorreu um acréscimo significativo de professores e funcionários, pois com a ampliação do número de cursos e de vagas, houve um aumento de alunos inscritos. A ideia inicial prevê a realização de concurso para o preenchimento de 20 vagas para docentes e 15 técnico-administrativos, sendo seis para nível superior, seis para técnicos de nível médio e três para nível médio, a partir de julho de 2009.

Os 35 novos servidores deverão tomar posse até o final do ano, o que possibilitará a implantação dos cursos de nível superior aprovados pelo colegiado e pelo Conselho de Representantes do Campus. O antigo colégio agrícola passará a oferecer cursos para formação de bacharéis em Medicina Veterinária e Sistemas de Informação e de licenciatura em Ciências Agrícolas. Novos cursos técnicos também já foram aprovados e devem ser implantados em 2010, como o de Processamento de Pescados, no município de Balneário Barra do Sul, na modalidade Proeja, e Técnico em Paisagismo, em Araquari.

Até meados dos anos 1990, mais de 90% dos alunos estudavam em regime de internato, mas atualmente, com a implantação dos cursos na área de informática, com os programas educacionais voltados para jovens e adultos e com o aumento significativo do número de alunos do sexo feminino, a realidade mudou consideravelmente. Em 2009, aproximadamente 70% dos alunos frequenta o colégio em regime de semi-internato.

Se voltarmos ao passado, veremos que nos primeiros 19 anos de atividades não há registros sobre matrículas de alunas mulheres. Somente em 1978 cinco meninas matricularam-se no curso Técnico em Agropecuária. As inscrições de mulheres cresceram a partir da década de 1990. A atuação da mulher no setor técnico agropecuário também era bastante restrita. A crescente emancipação feminina, resultado de uma conquista democrática, é favorecida pela própria demanda do mercado de trabalho que requisita sua mão-de-obra.

O colégio supre a demanda de mão-de-obra masculina, com seus cursos em regime de internato e semi-internato, mas com abertura do mercado de trabalho nestas áreas para mulheres, a crescente procura de vagas para internato feminino é alta, tornando-se um problema ao qual o colégio busca soluções. A moradia estudantil feminina (internato) é um grande desafio para a escola, principalmente pelo aumento do número de alunos estudando em regime de semi-internato e pela falta de moradia próximo à escola.

O internato feminino, ainda em falta, é um desafio, já que muitas meninas encontram dificuldades para encontrar moradia ou não possuem condições financeiras para tal.

A adoção do regime de internato tem como finalidade facilitar a vida estudantil dos alunos que moram longe da escola e têm dificuldade em conseguir estadia por falta de recursos financeiros para pagamento de aluguel em repúblicas. Além disso, os alunos internos auxiliam na manutenção da escola fazenda durante os fins de semana, atividades noturnas e feriados, ou seja, nos momentos onde não há a presença de técnicos e docentes responsáveis pelas UDPs.

Segundo o diretor Paulo Henrique Rocha Farias²¹, devido a dificuldades financeiras, durante os primeiros meses do ano de 1959 todos os alunos da escola estudavam em regime de semi-internato. Entretanto, com a obtenção de crédito junto à praça, o regime de internato que perdura até os dias de hoje é definitivamente implantado. O que diferencia os semi-externos dos internos é o fato destes residirem em alojamentos e terem alimentação e roupa lavada por funcionários da escola. Em contrapartida, os alunos internos participam da manutenção da limpeza dos alojamentos e das dependências do colégio.

Até meados da década de 1980, especialmente no internato, havia um rígido controle da disciplina dos alunos. A limpeza nos alojamentos, o uso do uniforme, o cumprimento dos horários, a participação em homenagens cívicas enfim, tudo era cobrado com bastante severidade. Atualmente, a cobrança continua sendo feita, porém de forma mais maleável e branda. Há quem defenda aquela forma de cobrança. Outros, porém, preferem o sistema atual, que permite maior flexibilidade, liberdade e autonomia dos alunos.

Nos dias atuais, a Internet, a mídia e os meios de comunicação fazem com que as pessoas tenham maior acesso às informações e, por consequência, questionem mais e não aceitem certas imposições tão facilmente como no passado, por mais certas e bem intencionadas que possam parecer. Desse modo verifica-se que a influência da escola sobre a formação do educando somam-se a várias outras, até porque, em 2009, aproximadamente 70% dos alunos que frequentam as aulas na escola estudam em regime de semi-internato.

No Colégio Agrícola os alunos participam de aulas teóricas e de aulas práticas, acompanhados por técnicos, auxiliares técnicos e professores, além de viagens técnicas. Assim, os alunos aprendem na prática, auxiliam na

produção agropecuária e no custeio da escola. Essa prática de aprender fazendo, que acontece dentro do sistema da escola-fazenda contribui para o abastecimento da cozinha e do posto de vendas, local de comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros e derivados.

Por outro lado, ao longo dos últimos anos houve um maior envolvimento sociocultural dos alunos com a escola, por meio da participação e da realização de eventos como: o Desfile Cívico no dia do aniversário do município, comemorado em 05 de abril; na semana da pátria, dia 07 de setembro; viagens de estudo; Festival de Talentos; torneios esportivos, como o campeonato interno de futebol suíço e as Olimpíadas; jogos entre escolas agrícolas catarinenses; Festa do Maracujá; Feira Agropecuária e Industrial de Araquari; Mostra Científica e Tecnológica; Festa a Fantasia; e as participações em eventos históricos, como o Cinquentenário da Instituição e o Centenário da Rede de Ensino Profissionalizante no Brasil.



As olimpíadas internas do Colégio Agrícola de Araquari antes e atualmente.

Trabalhos selecionados na Mostra Científica e Tecnológica do colégio chegam a participar de feiras nacionais e até mesmo internacionais, como é o caso do “equipamento eletrônico controlador de temperatura e umidade”. Premiado com o primeiro lugar na Feira de Ciências do colégio, em 1997, o equipamento também foi exposto na Feira Nacional de Ciências em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, e na Feira Internacional de Ciências, nos EUA.

Devido à deficiência do quadro funcional, durante a administração do professor Raitani Júnior aconteceu a ampliação do número de professores e de servidores, que prestam serviços via terceirização nos setores da cozinha, limpeza e segurança. No início de 2004, o diretor encaminhou a realização de diversas obras importantes para a escola, entre as quais se destacam: calçamento que dá acesso ao CASCGO e arredores; construção do Laboratório de Minhocultura; reforma da UDP de Suinocultura; construção do Laboratório de Geomática; Laboratório de Processamento Vegetal, junto à UDP da Horta, além da aquisição de mais uma estufa hidropônica; reforma do alojamento dos alunos em regime de semi-internato; instalação de ar condicionados nas salas de aulas etc. Estas obras se tornaram possíveis graças a recursos provenientes da UFSC e da Fundação *Vitae*.

No segundo mandato da administração do professor Raitani Júnior são realizadas várias obras importantes, dentre elas destacamos a construção do novo refeitório, com modernas instalações; prédio da informática, com laboratórios, auditório e sala de professores; almoxarifado; laboratório para processamento de pescado; aquisição de equipamentos para todas as UDPs e a construção de um moderno auditório, com capacidade para aproximadamente 400 pessoas. Parte dos recursos para essas obras foram oriundas de emendas parlamentares da Senadora Ideli Salvatti.

A característica marcante desse mandato foi a capacitação do quadro de servidores docentes e técnico-administrativos, 94% realizaram cursos de capacitação nesse período. A escola, que não possuía nenhum mestre no quadro de servidores técnico-administrativos, passou a ter dois. No mesmo Programa de Pós-Graduação realizaram seus mestrados mais quatro docentes em Educação Agrícola, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tal parceria propiciou a formação dos servidores dos colégios de Araquari e Camboriú. No quadro de servidores docentes todos têm no mínimo a graduação completa, aumentando o número de doutores e mestres. Todos participaram da formação sem afastamento

integral, continuando a ministrar suas aulas normalmente. A única exceção foi a concentração das aulas em alguns dias da semana, tendo assim liberação parcial para participar das aulas e trabalhar na elaboração e implantação do projeto de pesquisa.

Acompanhando a política para educação do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que oferece muitos benefícios às escolas que integram os Institutos Federais, no dia 29 de dezembro de 2008, depois de muitas discussões, os Colégios Agrícolas mais antigos do Estado, o de Araquari e o de Camboriú, são desvinculados da UFSC e passam a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Poucos meses após essa mudança, o professor Robert Lenocho assume a direção. O desafio da sua administração é montar uma equipe de trabalho forte e atuante para colocar em prática o principal objetivo que levou a escola a desvincular-se da Universidade Federal: ampliar o número de vagas e de cursos para atender as crescentes demandas do mercado em função dos arranjos produtivos regionais.

**A escola desempenha um papel importante
no processo de inclusão social.**

Outro desafio importante da nova administração é a busca de recursos para a reforma do prédio principal, bem como das UDPs, laboratórios e aquisição de equipamentos fundamentais para atender as novas demandas. “Nós não mudamos de endereço, nem de DNA, continuaremos fazendo o que sempre fizemos bem, apenas mudamos nossos sonhos e as nossas ambições para crescer e cumprir cada vez melhor o nosso trabalho”, afirma o professor Lenocho. A maioria dos servidores e dos alunos da escola acredita nesse desafio e tem participado dos trabalhos para a implantação da nova filosofia da instituição, esperando envolver toda a comunidade e fazer deste campus uma instituição com mais qualidade no ensino, com mais oportunidades a todos.



Vista aérea do ex- Colégio Agrícola de Araquari e atual Instituto Federal

Ao longo dos seus 50 anos de história a escola desempenhou e certamente continuará desempenhando um papel importante no processo de inclusão social, ao despertar sonhos e formar consciência para uma sociedade ecologicamente produtiva, livre, igualitária, tendo em vista sua missão institucional de promover a formação de cidadãos críticos, autônomos, atuando como transformadores na busca de uma sociedade justa, democrática e sustentável, na defesa da qualidade de vida.

Notas

1. Pedro Almeida. Entrevista concedida ao técnico agrícola Joverci Antônio Pocera, em 25 de setembro de 2003.
2. Osnilo Tavares Souza, funcionário de carreira da Receita Federal aposentado. Entrevista concedida a Nilton José Cristofolini, em 03 de outubro 2003.
3. Antônio Carlos Konder Reis. Entrevista concedida a Antônio Alir Dias Raitani Júnior, Nilton José Cristofolini, Francisco Airton Garcia e Joverci Antônio Pocera, em 10 de outubro de 2003.
4. Antônio Carlos Konder Reis. Entrevista citada.
5. O Instituto foi criado por meio da Lei N.º 11.892, em 29 de dezembro de 2008.
6. Antônio Carlos Konder Reis. Entrevista citada.
7. Pedro Almeida. Entrevista citada.
8. José Caetano Costa. Entrevista concedida a Nilton José Cristofolini, em 12 de dezembro de 2003.
9. José Justino de França. Entrevista concedida a Joverci Antônio Pocera, em 03 de março de 2009.
10. Antônio Procópio. Entrevista concedida a Joverci Antônio Pocera, em 09 de março de 2009.
11. Pedro Almeida. Entrevista citada.
12. Ladislav Lench. Material encaminhado ao Instituto, em agosto de 2009.
13. Pedro Almeida. Entrevista citada.

14. Antônio Tiago da Silva, presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina e ex-aluno do colégio. Entrevista concedida a Sabini da Silva, em 12 de setembro de 2009.
15. Francisco Airton Garcia. Ex-diretor e professor aposentado do colégio. Além dessas funções, foi eleito vereador, vice-prefeito e, duas vezes consecutivas, Prefeito Municipal de Araquari.
16. Manoel de Souza Kirshof. Professor aposentado do colégio. Formando da primeira turma de técnicos agrícolas do Estado de Santa Catarina, em 1967, na Escola Agrícola de Camboriú. Entrevista concedida a Nilton José Cristofolini, em 06 de novembro de 2003.
17. Manoel de Souza Kirshof. Entrevista citada.
18. Tânia Regina Schneider. Entrevista concedida a Joverci Antônio Pocera, em 26 de setembro de 2003.
19. Joverci Antônio Pocera, funcionário Técnico em Agropecuária do colégio. Coordenador de Internado, durante a Administração do Diretor Vicente Brüning. Entrevista concedida aos autores do texto, em 21 de novembro de 2003.
20. Associação civil sem fins lucrativos que apóia projetos nas áreas de Cultura, Educação e Promoção Social. Na educação, o projeto destina-se à promoção de melhorias do ensino fundamental e médio.
21. Paulo Henrique Rocha Farias

Bibliografia

BROGNOLI, Ivan. **Ensino agrícola em Santa Catarina: da aula de agricultura prática às primeiras escolas.** Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação de mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

CAMBESES JÚNIOR, Manuel. **Organização dos Estados Americanos: Cinquentenário da Aliança Regional.** Disponível em: <<http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a010.html>> Acessado em: 25 mai. 2003.

Carlos Gomes de Oliveira 100 anos: Arquitetura dos Anos. Joinville: A Notícia, 1994.

FAUSTO, Bóris. **O Brasil Republicano: Economia e Cultura.** São Paulo: Difel, 1986. Vol. II.

GARCIA, Francisco Airton. **Escola de Iniciação Agrícola “Senador Gomes de Oliveira”.** Joinville: FURJ. 1989. Monografia de especialização em História da América, Fundação Educacional da Região de Joinville, Joinville, 1989.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o Desenvolvimento Local.** Rio de Janeiro: UCAM. 2003. Dissertação de mestrado em Planejamento e Gestão de Cidades, Universidade Cândido Menezes, Rio de Janeiro, 2003.

Apoio:



Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível
Médio do Estado de SC - SINTAGRI



CREA-SC

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura,
Agrônoma de Santa Catarina



MUTUA-SC

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

